

1 **Ata nº 102/2018.** Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às  
2 treze horas e trinta minutos, tendo como local a sala de reuniões dos conselhos, sita  
3 à Avenida Nereu Ramos, número setenta e cinco D, Edifício CPC, estiveram  
4 presentes, para reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa  
5 com Deficiência - COMDE, os seguintes Conselheiros: Gilmar Cortina, Alessandra  
6 Todeschinni, Álvaro Marcos Michelotto, Elton Pereira Lanzarin, Silvana Hoffmann  
7 Velasques Moreira, Silvana Carlesso, Rudinei Albani, Marcio Adriano Correa,  
8 Marcelo Battirola, Gisely Carmem Niedermayer, Sonara Regina Bergamo Ramos,  
9 Morgana Orso dos Santos e Tânia Mara Zancanaro Pieczkowski. Além dos  
10 conselheiros estiveram presentes também: Robson Maia, Intérprete de Libras,  
11 Juliane Maria Valentini e Marcos Felipe Marcon da Secretaria Executiva do  
12 Conselho. Por conta da ausência do Presidente, o Vice-presidente Senhor Márcio  
13 Adriano Correa conduziu os trabalhos do dia, desejou as boas vindas a todos, e deu  
14 início às discussões da pauta: **1. Leitura e aprovação da pauta.** Foi feita a leitura  
15 da pauta com sugestão de alteração de ordem, antecipando o item nove, em virtude  
16 de que o Senhor Paulo César Martins teria outros compromissos depois das quinze  
17 horas. O vice-presidente submeteu a questão à apreciação da plenária, que  
18 aprovou a pauta com a referida alteração. **2. Leitura e aprovação da ata da**  
19 **reunião anterior.** A ata número cento e um do COMDE foi aprovada e  
20 posteriormente assinada pelos conselheiros. **3. Justificativa de ausência de**  
21 **conselheiros(as).** Justificaram ausência os conselheiros: Alceu kuhn, Patrícia Graff,  
22 Zuleica Auler Magna, Sergio Luiz dos Santos Berben, Simone Fátima Padilha Jorge  
23 e Marcelina Lucho Van Caeneghem. **9. ODS – Nós Podemos Santa Catarina.** No  
24 dia onze de abril de dois mil e dezoito, foi remetido ao COMDE, via e-mail, termo de  
25 adesão solicitando a indicação de representante para compor a nova gestão do  
26 movimento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/Nós podemos  
27 Chapecó. Tendo em vista, que não era claro para a maioria dos conselheiros do que  
28 se tratava tal movimento, tampouco de que forma o COMDE se relacionava a ele,  
29 decidiu-se por convidar o Senhor Paulo César Martins, ex- presidente do COMDE, e  
30 na atualidade faz parte do referido movimento, para informar sobre suas atividades e  
31 elucidar as dúvidas dos conselheiros, possibilitando assim, maior embasamento para  
32 a indicação do representante deste conselho. Inicialmente Paulo César Martins  
33 relatou os objetivos do ODS, destacando entre eles a erradicação da pobreza, saúde  
34 e bem-estar, igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico e, por  
35 fim, cidades e comunidades sustentáveis. Ressaltou ainda que, embora não fique  
36 claro de que forma os interesses do COMDE se inserem nestes objetivos, na sua  
37 perspectiva a pessoa com deficiência se inclui em todos os objetivos, pois estas  
38 fazem parte da sociedade. A seguir mencionou que a pauta de discussões do  
39 movimento ODS em Chapecó, concentra-se atualmente na preservação dos  
40 recursos naturais (sustentabilidade), de modo que o foco não esteja tão voltado à  
41 pessoa com deficiência, nesse sentido, sustenta a importância do COMDE estar  
42 representado, a fim de atrair as discussões para as temáticas que são pertinentes às  
43 pessoas com deficiência junto a sociedade. A seguir, foi questionado pela plenária  
44 sobre o local das reuniões, Paulo Martins informou que, devido a ODS ainda não  
45 possuir sede própria, as reuniões não tem um local fixo, sendo realizadas aonde tem  
46 parceria. Em seguida Paulo esclareceu que se trata de um trabalho voluntário, e

47 aproveitou o ensejo para convidar àqueles que têm interesse para participar do  
48 ODS. Sem demora, os conselheiros Márcio Adriano Correa, Álvaro Marcos  
49 Michelotto e Sonara Regina Bergamo Ramos relataram as experiências vivenciadas  
50 por eles, na oportunidade em que fizeram parte deste movimento, de modo que,  
51 suas colocações convergiram no sentido de que a pauta do movimento não estaria  
52 alinhada diretamente aos interesses do COMDE. Após discutir o assunto, a plenária  
53 concluiu que não é vantajoso ao COMDE aderir ao movimento neste momento,  
54 considerando as muitas demandas que já carecem de atenção no que se refere à  
55 pessoa com deficiência, sugerindo que seja convidado algum representante do ODS  
56 a participar do COMDE, para que ao invés de se criar mais um espaço de discussão  
57 seja fortalecido o que já existe. Finalizadas as falas, o senhor Márcio Adriano  
58 Correa, consultou se havia por parte de algum conselheiro interesse em participar do  
59 movimento, como ninguém manifestou interesse, a adesão do conselho foi posta em  
60 votação, sendo decidido por unanimidade pela não adesão, de tal forma que Marcio  
61 agradeceu a presença de Paulo César Martins e em nome do COMDE agradeceu o  
62 convite, justificando que no momento não há interesse, mas que no futuro poderá  
63 haver uma reaproximação. **4. Correspondências Expedidas:** Ofício nº 006/2018 –  
64 Senhor Nédio Luiz Conci - Secretário Municipal de Saúde, solicitando apoio da  
65 SESAU para melhorar o fluxo de consultas para liberação de laudos médicos para  
66 Pessoas com deficiência. **5. Correspondências recebidas.** Destacou-se  
67 inicialmente o e-mail enviado pelo Promotor de Justiça, Doutor Eduardo Sens dos  
68 Santos, no qual solicitava posicionamento deste conselho acerca da Acessibilidade  
69 nos novos parquímetros Caiuá. A esse respeito o Conselheiro Éltton Pereira Lanzarin  
70 informou que empresa Caiuá se manifestou, declarando que não teria como mudar,  
71 os parquímetros, pois atendem as normativas. Em seguida o Conselheiro Marcelo  
72 Battirola ponderou que sob sua ótica os parquímetros deveriam estar dispostos em  
73 frente as vagas para pessoas com deficiência e idosos, o que facilitaria a  
74 acessibilidade considerando a proximidade do equipamento. Outro ponto levantado  
75 foi a questão da altura dos parquímetros, visto que a Conselheira Gisely Carmem  
76 Niedermayer colocou que as pessoas com baixa estatura poderiam ter dificuldade  
77 para acessar o equipamento. A partir destas colocações a plenária entende que é  
78 preciso primeiramente aguardar o funcionamento dos equipamentos para uma  
79 análise mais aprofundada quanto à acessibilidade, concluindo que, caso seja  
80 necessário, o conselho irá se manifestar após o início do seu funcionamento, pois  
81 entende que as pessoas com deficiência também terão necessidade de utilizar as  
82 vagas pagas em algum momento. Em seguida a Conselheira Sonara Regina  
83 Bergamo Ramos comunicou que a Fundação Aury Luiz Bodanese recebeu denúncia  
84 do Senhor Roberto Gregianin, através de ofício, em que relata a alegria de adquirir  
85 uma cadeira de rodas motorizada em contraste com a dificuldade enfrentada em seu  
86 dia a dia de circular no passeio público e o perigo de ter que trafegar em pista de  
87 rolamento, devido à falta de adequação quanto à acessibilidade das vias públicas de  
88 nosso município, conforme comprovado em fotografias anexadas ao próprio ofício.  
89 Desta forma, Roberto Gregianin pede apoio deste conselho para as devidas  
90 providências. Após discutir o assunto a plenária do COMDE deliberou por  
91 encaminhar ofício anexando cópia da denúncia para a Secretaria de  
92 Desenvolvimento Urbano, com cópia à Promotoria de Justiça, assim como registrar a

93 denúncia na ouvidoria do município pedindo para que sejam tomadas as devidas  
94 providências. Posteriormente foi informado que a Câmara Municipal de Vereadores  
95 deu retorno no dia vinte e sete de abril deste ano, através de e-mail, a respeito dos  
96 pedidos de adequações do plenário quanto à acessibilidade, contidos em ofício que  
97 lhes foi entregue. Odirlei Giaretta, secretário geral da Câmara, informou no citado e-  
98 mail que foram consultadas algumas Câmaras Municipais que atendem os preceitos  
99 da lei, e que foi constatado que o serviço demanda de certa estrutura para que seja  
100 oferecido com qualidade. Desta forma, comunicou que foi encaminhado ao Setor de  
101 Licitações e Compras que inicie os estudos e levantamentos para realização de um  
102 processo licitatório para contratação de empresa especializada para transmissão das  
103 sessões e também para contratação de intérpretes de LIBRAS. Paralelamente, foi  
104 solicitado o auxílio de uma arquiteta da Prefeitura, para realizar uma adequação do  
105 Plenário, a fim de atender os requisitos de acessibilidade também naquele  
106 espaço. Ressaltou por fim, que como essa adaptação depende de obras o processo  
107 licitatório precisa seguir um trâmite, indicando por meta que essas adaptações sejam  
108 efetuadas e os serviços de transmissão e libras, contratados até o mês de julho,  
109 ficando a disposição da população a partir das sessões de agosto. Destacou-se  
110 ainda o Ofício enviado por e-mail pelo Conselho Estadual da Pessoa com  
111 Deficiência, reforçando para que os conselhos municipais acompanhem o  
112 cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão nos municípios. A Conselheira Silvana  
113 Velasques destacou que o INSS não está cumprindo o previsto na referida Lei, que  
114 prevê avaliação biopsicossocial, por equipe multidisciplinar, dos pedidos de pensão  
115 por morte ou auxílio reclusão aos dependentes com deficiência intelectual ou grave,  
116 permanecendo sobrestado. Por isso, foi deliberado que a comissão de  
117 acessibilidade elabore documento a ser encaminhado aos responsáveis. **6.**  
118 **Comissões.** No que se refere ao trabalho das comissões foi ressaltado que até  
119 então cada comissão se reuniu uma vez, sendo que a Comissão de Acessibilidade e  
120 Legislação deu destaque, dentre as ações realizadas, para a solicitação de  
121 adequação quanto à acessibilidade da Câmara Municipal de Vereadores. Por sua  
122 vez, a Comissão de Comunicação e Eventos têm concentrado esforços na  
123 elaboração da Cartilha “Direitos na Prática”. **7. Reunião da Diretoria.** A conselheira  
124 Silvana Carlesso informou que no dia doze de abril a diretoria do COMDE se reuniu  
125 pela primeira vez neste ano, sendo que, inicialmente, tratou a respeito da pauta da  
126 audiência com o Secretário de saúde do município, a qual abordará questões  
127 levantadas pelo SINE e repassadas a este conselho, acerca do fluxo dos  
128 encaminhamentos na rede pública municipal de saúde, no que tange às consultas  
129 médicas para emissão de laudos que atestem deficiências. Em seguida foi  
130 estabelecido o calendário de reuniões da diretoria, estipulado como data base  
131 sempre a segunda quinta-feira do mês, às dezessete horas e tendo como local a  
132 secretaria executiva dos conselhos. Por fim, foi sugerido, no sentido de aproveitar  
133 melhor o tempo das reuniões e ao mesmo tempo colaborar com a formação dos  
134 conselheiros, a fim de que o trabalho destes seja cada vez mais efetivo, que as  
135 reuniões fossem divididas em etapas e reservada uma delas para estudos de  
136 formação dos conselheiros. A sugestão foi aceita pela plenária decidindo-se que o  
137 tema de discussão do momento de estudo da próxima reunião será mercado de  
138 trabalho para pessoa com deficiência, ficando a organização e condução do estudo

139 a cargo das conselheiras Gisely Carmem Niedermayer e Sonara Regina Bergamo  
140 Ramos. **8. Audiência com Secretário de Saúde.** No dia vinte e cinco de abril de  
141 dois mil e dezoito representantes do COMDE e do SINE de Chapecó estiveram em  
142 audiência com o Secretário de saúde de Chapecó, senhor Nédio Conci, a fim de  
143 tratar de assuntos relacionados ao fluxo de emissão de laudos para pessoas com  
144 deficiência no município. Inicialmente foi posto ao Secretário que o SINE de  
145 Chapecó constatou recentemente a recorrente dificuldade das pessoas com  
146 deficiência em acessar as vagas que lhes são reservadas por lei, para ingresso no  
147 mercado de trabalho, devido à demora para emissão de laudo que ateste sua  
148 deficiência. Desta forma, buscou em conjunto com este conselho, estabelecer um  
149 plano de contingência para resolver tal situação, a partir disto surgiu como proposta  
150 a audiência, para tomar conhecimento de como se dá, atualmente, tal fluxo e quais  
151 são as possibilidades para agilizá-lo. Nesse sentido, o Secretário relatou que  
152 atualmente existe um sistema de regulação das filas para exames e consultas  
153 médicas, chamado SISREG, que surgiu com o intuito de garantir a sequência das  
154 filas de espera, e que acaba, em contrapartida, por suprimir a autonomia da  
155 Secretaria Municipal de Saúde na gerência do referido fluxo, não dando alternativas  
156 ao Secretário. Desse modo, foi ponderado acerca dos principais problemas que  
157 foram constatados, sendo eles: 1. Até que ponto a emissão de laudo é competência  
158 exclusiva do médico especialista, e em quais casos pode ser emitido laudo pelo  
159 clínico geral, considerando o que determina a Lei Brasileira de Inclusão - LBI. 2.  
160 Discutir a obrigatoriedade de passar pelo clínico geral para posteriormente ser  
161 encaminhado à especialista, considerando que a intenção é não ocupar uma  
162 consulta do clínico geral sem necessidade, apenas por questões burocráticas da  
163 Secretaria de Saúde. 3. Esclarecer a questão da exigência de laudo atualizado para  
164 o caso de deficiências permanentes. Nesse aspecto, a Diretora de saúde, Aldarice  
165 relatou que ocorre hoje insegurança por parte dos clínicos gerais acerca dos laudos,  
166 não tendo clareza de quando podem ou não emití-los, nesse sentido sugerem que o  
167 COMDE faça um apanhado da legislação, a fim de que se construa um documento  
168 técnico para a orientação dos médicos. Desta forma, foi pedido apoio dos  
169 conselheiros representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, para que auxiliem  
170 na elaboração deste documento na próxima reunião da comissão de acessibilidade  
171 do COMDE. **10. Multa Ética.** Esteve presente o Senhor Eduardo representando a  
172 PECJUR da Unochapecó para esclarecer como será o evento Multa Ética.  
173 Inicialmente reiterou que o evento se propõe a conscientizar os motoristas sobre o  
174 uso indevido das vagas de estacionamento que são reservadas por lei aos idosos e  
175 pessoas com deficiência. Destacou ainda que o evento passado foi bastante  
176 proveitoso e, devido as inúmeras queixas de uso inadequado destas vagas que  
177 chegam ao conhecimento deles, pensou-se então em realizar-se o evento  
178 novamente. A seguir foi definido que o evento ocorrerá no dia vinte e seis de maio  
179 das nove as onze horas da manhã e que serão utilizadas réplicas de multas com  
180 objetivo educativo para os voluntários afixarem aos veículos infratores, ou  
181 abordarem diretamente os motoristas. Sem mais para o momento a reunião foi  
182 encerrada, sendo que eu Silvana Carlesso, secretária do COMDE, lavrei a presente  
183 Ata a qual dou fé, que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros  
184 presentes.